

TCE mostra força no Espírito Santo

Com as contas rejeitadas pelo tribunal, governador se dedica a preparar defesa

GHICO OTAVIO

VITÓRIA — Há seis anos, um discurso do então deputado estadual Umberto Messias agitou a política capixaba ao lançar suspeitas sobre o Tribunal de Contas do Estado (TCE). “É um tribunal de acertos”, sustentava o político, irritado com a decisão do TCE de rejeitar suas contas como prefeito de Bom Jesus do Norte, no ano anterior. Ele não aceitava que o tribunal interferisse no Poder Executivo e fez muito barulho para contestar a resolução que poderia encerrar prematuramente sua carreira política.

Atualmente, Umberto Messias não é deputado. Mas as decisões que toma são capazes de tirar o sono do governador e dos prefeitos capixabas. Ele é um dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Espírito Santo. Ao contrário dos ex-colegas da Assembléia Legislativa, que perderam as mordomias, circula de carro oficial, trabalha num confortável gabinete, com staff próprio, e já não fala de velhas mágoas. No dia 31 de outubro, Messias participou da sessão que rejeitou as contas do governador Vitor Buaz. Conheceu por outro ângulo os estragos que uma decisão do gênero provoca na administração pública.

Pausa — Nomeado conselheiro no ano passado, após superar as resistências de Buaz, Messias se absteve de votar, mas sua posição não mudaria a sorte do governador capixaba. As contas estaduais, referentes ao exercício de 1995, foram rejeitadas por cinco dos sete conse-

lheiros do tribunal. Empenhado em superar uma crise que sufoca as finanças estaduais — os salários do funcionalismo não são pagos há dois meses e meio e os investimentos estão paralisados —, Buaz teve de fazer uma pausa em sua luta para preparar uma boa defesa. Tem 30 dias para contestar a decisão, mas sabe que o prazo é meramente burocrático e dificilmente conseguirá virar o jogo.

“Eles já se pronunciaram publicamente sobre minha administração antes mesmo de receber minha defesa”, lamentou Buaz, ao lembrar que o relator da decisão, conselheiro Erasto Aquino, deu entrevistas criticando a prioridade de investimentos do governo estadual. Seis anos depois dos ataques de Umberto Messias, é Buaz quem agora faz o papel de acusador. Disse que o TCE fez um cálculo artificial para tomar a decisão e extrapolou as suas funções de órgão técnico auxiliar do Legislativo.

As contas de Buaz foram rejeitadas com base na Constituição estadual, que obriga os governadores a aplicar pelo menos 25% de sua receita líquida na área de educação. O TCE incluiu no cálculo o Fundo de Desenvolvimento de Atividade Portuária (Fundap), uma parcela do ICMS devolvido aos empresários da área de exportação em forma de investimentos. O governador alega que o Fundap sempre foi excluído da receita líquida. “Posso provar que, há pelo menos quatro anos, o fundo entra no cálculo”, rebate a presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo, Maria José Vellozo Lucas, mãe do prefeito eleito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Ao lado de dois outros membros do Tribunal, os ex-deputados Djalma Monteiro e Valci Ferreira, o conselheiro Messias personifica a imagem do político que trocou a incerteza das urnas pela segurança do acerto político. Uma articulação de bastidores lhe cedeu um dos empregos públicos mais almejados do Estado, que paga salários mensais de R\$ 6 mil, é vitalício e dá direito, ainda, a ser cortejado pela elite política capixaba.

Bancada — Num colegiado que precisa de apenas quatro votos para aprovar uma decisão, Umberto Messias, Djalma Monteiro e Valci Ferreira formam uma espécie de bancada de ex-deputados no TCE com grande força política. Um dos principais assessores de Buaz, que não se identifica para não agravar o problema, está convencido de que a rejeição das contas do gover-

no tem a marca dessa “bancada”. Para ele, os ex-deputados escolheram a hora certa para agir: “Eles se aproveitaram de um momento de fragilidade e usaram um argumento meramente burocrático para tentar

enquadrar o governador.”

Djalma, Valci e Messias foram indicados pela Assembléia Legislativa, na gestão do governador Albuíno Azeredo, e não passaram pela sabatina exigida aos candidatos ao cargo. Os dois primeiros presidiaram a Assembléia entre 1990 e 1994, enquanto Messias foi líder do governo. No momento, embora sem mandato, eles continuam exercendo forte influência na política local. “Dificilmente, Buaz conseguirá se livrar desse cerco”, prevê o próprio assessor do governador.

DEPUTADO
CRÍTICO
VIROU
CONSELHEIRO